

## **PROEDUC: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DO FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

**Juliana Araújo Silva de Oliveira<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O presente trabalho foi desenvolvido na Pós-Graduação em Educação do Campo pela Universidade Federal de Alagoas, campus Palmeira dos Índios, e teve como objetivo analisar a percepção dos professores sobre a variação linguística no contexto da Educação do Campo sobre um aspecto político de uma nova proposta educativa para os estudantes da rede de ensino do município de Palmeira dos Índios/AL. A metodologia desta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo fenomenológica na qual foram analisados os relatos das experiências dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, anos finais da rede municipal de Palmeira dos Índios/AL, através do Programa de Formação Profissional-PROEDUC. Participaram desta pesquisa cinco (5) professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa nas escolas do campo do município. A pesquisa foi fundamentada nas seguintes teorias e autores, especialmente os que têm temáticas que dialogam com o propósito investigativo da pesquisa. Bakhtin (1992,1997), Cagliari (2007), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Brasil (2017), entre outros. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário, com uma (1) questão aberta, na qual as respostas foram convertidas em tabelas. Sendo assim, como resultado deste estudo pode-se perceber que dos cinco (5) professores questionados, quatro (4) deles concordam que a nova proposta educativa por meio do documento da BNCC contempla de forma positiva para que a Variação Linguística seja trabalhada em sala de aula, na qual seja respeitada a cultura e a regionalidade em que cada estudante está inserido. Portanto, esta pesquisa poderá servir para os futuros e atuais professores de Língua Portuguesa como fonte de reflexão acerca da importância em trabalhar com a variação linguística no contexto da educação do campo.

**Palavras-chave:** Linguagens; Variação Linguística; Educação do Campo;

### **1 Introdução**

O presente estudo consiste em uma abordagem sobre a variação linguística no contexto da educação do campo, analisando as concepções de linguagens, língua, preconceito linguístico direcionados ao ensino de língua portuguesa. Tem como objetivo geral analisar a percepção dos professores sobre o objeto de conhecimento variação

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação do Campo, pela Universidade Estadual de Alagoas. Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Licenciada em Letras – Português, pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Finais da rede municipal de Educação de Palmeira dos Índios. E-mail: jullybick@hotmail.com

linguística no contexto da educação do campo, sobre o aspecto político de uma nova proposta educativa para os estudantes da rede de ensino do município de Palmeira dos Índios/AL. A proposta do trabalho foi analisar algumas reflexões sobre a concepção da variação linguística, especialmente por entendermos que os educandos possuem uma linguagem própria que usualmente é utilizada com protagonismo, e que é inerente à sua comunidade linguística rural, muitas vezes, deixando de fazer uso corriqueiramente da língua padrão ensinada na escola. Consequentemente, essa variante linguística, provoca a reprodução desta oralidade no processo de escrita desses estudantes.

A utilização desta variante linguística tende a provocar na comunidade de norma culta o desenvolvimento do preconceito linguístico, pois os mesmos são estigmatizados por não ter competência de um “domínio” culto e normativo da língua, assim é necessário compreendermos as concepções de língua e linguagens, concomitantemente com os documentos norteadores da BNCC, bem como, entendermos a concepção dos autores sobre a sociolinguística no ensino aprendizagem da disciplina de língua portuguesa, como também o preconceito linguístico dentro das perspectivas teóricas no contexto da educação do campo.

A intervenção desta pesquisa consiste através dos relatos das experiências por meio do Programa de Formação Profissional – PROEDUC com os professores de Língua Portuguesa que lecionam nas escolas do campo, mas especificamente, no Ensino Fundamental, anos finais da rede municipal da cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, discutindo algumas reflexões acerca da concepção de linguagem no contexto da educação

no campo valorizando os aspectos variantes da língua do aluno campesino.

Nesse sentido, tivemos como problema de investigação o seguinte questionamento: sobre a variação linguística encontrada no contexto das escolas do campo, qual a concepção que você professor de Língua Portuguesa tem em relação à nova proposta educativa para os estudantes da rede de ensino do município de Palmeira dos Índios/AL?

Diante disso, compreender a análise da aquisição da norma padrão nas modalidades oral e escrita, assumindo uma pedagogia culturalmente sensível e uma perspectiva sociolinguística aliada aos novos conceitos da língua portuguesa, analisando os recortes das falas dos professores sobre o objeto de conhecimento variação linguística, diante das práticas de ensino contextualizadas nos anos finais das escolas do campo.

Por fim, o trabalho visa contribuir na compreensão de que não há língua maior ou menor, língua única de uso. A competência comunicativa preza por adequar ao contexto linguístico em todos os aspectos sociais, culturais e políticos, sem que eles percam suas raízes, respeitando seus saberes, sua identidade linguística e cultural.

## **2 Desenvolvimento**

A língua é concebida por sistema variável, caracterizada pela sua heterogeneidade e carregada de diversidades. Nesse sentido, ela é constituída de um sistema de comunicação oral e de uma linguagem e, por conseguinte, da tradição cultural que a acompanha, fazendo parte da nossa identidade e presente nas experiências do nosso cotidiano. Nesse sentido, a língua apresenta inúmeras variações que passam por mudanças históricas ao longo do tempo e no espaço geográfico.

Para a Sociolinguística, a língua existe enquanto interação social; é, portanto, uma atividade social, existindo fatores linguísticos e extralinguísticos, como sexo, faixa etária, escolaridade, localização geográfica, fator socioeconômico, que contribuem para

as variações linguísticas. Para essas pesquisas linguísticas e documentos atuais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares para o Ensino da Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), o ensino da Língua Portuguesa deve desenvolver a

competência comunicativa, levando em consideração as atividades cognitivas e reflexões sobre a língua e seu uso, podendo ser justificada de acordo com o contexto na qual se manifesta.

Bakhtin (1997, p. 95), afirma que:

“(...) na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com o sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular”. Esse fenômeno é caracterizado por Bakhtin como interação verbal, cuja realidade fundamental é o seu caráter dialógico, em meio às diferentes relações que se estabelecem historicamente em nível sociocultural (BAKHTIN, 1997, p. 95).

Dessa forma, o uso da língua é estudado em situações concretas de interação, percebendo as diferenças de sentido entre uma forma de expressão e outra. Nessa percepção, a língua é reflexo das relações sociais, ou seja, o enunciador constrói o seu discurso levando em consideração as suas necessidades enunciativas concretas. Isso implica dizer que o indivíduo ao usar a língua não somente traduz e exterioriza um pensamento ou transmite informações a outrem, mas realizações, age, atua sobre o leitor/ouvinte, dessa forma, a linguagem é tratada como interação humana, em que se constituem as relações sociais. A linguagem é considerada um sistema de comunicação próprio do ser humano, ou seja, é compreendida por qualquer tipo de comunicação, entende-se como um meio que o sujeito tem de se comunicar por meio da língua e que tem a capacidade de produzir e expressar seu próprio enunciado, estando presente em várias práticas sociais.

Para Vygotsky (1998), a concepção de linguagem como interação é considerada um mecanismo pela qual uma atividade externa torna-se interna, resultando assim, em produtos de ação coletiva dos sujeitos representados pelas suas relações sociais, marcada pela sua historicidade e cultura, principalmente na interação na oralidade, porque além de uma função social e comunicativa, possui uma função organizadora e planejadora do pensamento, através da mediação do comportamento humano que pode ser dado pela presença de alguns elementos importantes, como a fala – comunicação – oralidade.

Segundo Vygotsky (1998): A linguagem social e histórica vai se tornando a linguagem interior, designando assim

na internalização da linguagem.

A língua Portuguesa tem como base os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, esse documento tem como intuito orientar e estabelecer diretrizes para a educação do Brasil, considerando o contexto plural de nossos alunos. Apresentam propostas de trabalho que valorizam a participação crítica do aluno diante da sua língua, propondo a interdisciplinaridade para que o aluno considere a língua em uma perspectiva mais ampla, criando condições para que o sujeito possa desenvolver suas competências e habilidades, exercendo seus direitos como usuário da língua. Assim, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, a Base Nacional Comum Curricular diz assumir uma concepção enunciativo-discursiva de linguagem, isto é, uma linguagem dialógica e interativa que toma o texto como unidade de trabalho.

Na apresentação da BNCC são discutidos três pontos fundamentais para uma educação de qualidade, sendo eles: igualdade, diversidade e equidade, cujos documentos escolares devem ser formulados seguindo esses pontos. Perante a isso, “nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas” (BRASIL, 2017/2018, p. 15).

O documento faz uma reflexão sobre três concepções acerca da linguagem, a primeira é a linguagem como expressão do pensamento, segunda a linguagem como instrumento de comunicação e por fim, a terceira que considera a linguagem como processo de interação verbal. Além disso, tem a área de linguagens contemplando seus componentes e tem como proposta a participação das diversas práticas de linguagem, ampliando suas capacidades de expressões linguísticas direcionadas para a centralidade do texto, ou seja, isso quer dizer que o ensino de língua portuguesa precisa ser contextualizado e articulado ao uso social da língua. Entender a linguagem como interação social é um aspecto positivo do documento norteador da BNCC, todavia, é necessário garantir que na prática escolar e no trabalho diário, essa concepção seja de fato aplicada ao ensino.

A língua é uma parte efetiva da linguagem que compõe um princípio individual, porém não é determinada por um único ser, mas sim, por um grupo social,



tornando-se produto do meio. Compreendemos que o fenômeno da variação linguística é inerente a toda e qualquer língua viva do mundo, influenciada pelos empréstimos linguísticos de outras culturas e pela vasta diversidade cultural das marcantes diferenças que vão desde as classes sociais até àquelas ligadas as relações étnico-raciais. Expressa-se de inúmeras formas, aplicando-as em diversos contextos na evolução da sociedade adaptando-se às necessidades, trazendo características próprias que enriquecem a pluralidade cultural com suas riquezas e heranças culturais representando a identidade de um povo.

É uma das propostas dos PCNs da Língua Portuguesa:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p. 15).

Nesta perspectiva, a Constituição federal de 1988, foi considerada como um dos marcos históricos da Educação do Campo, garantindo o direito à educação básica, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo as possibilidades de reposicionar a Educação do Campo no panorama educacional. A Educação do Campo, como já foi referenciado anteriormente, é direito assegurado pela Constituição Federal, pelo artigo 28 da Lei no 9394/96 (alterado pela Lei no 12.960, de 27 de março de 2014), e passa a ser defendida cada vez mais como direito fundamental e de responsabilidade social em que os governantes. É importante considerar, que a educação do campo, é uma educação voltada para um público alvo específico, e que, portanto, necessário que a educação fornecida nas escolas situadas no campo considere a cultura e a identidade das pessoas que lá vivem, valorizando e enriquecendo ainda mais essa cultura, dessa forma, faz-se necessário uma educação que respeite e valorize a cultura da população na qual a escola está inserida, a fim de que alunos construam suas identidades de forma positiva e valorativa.

Aqui se destaca a Lei de Diretrizes e Bases (1996) que reconhece, em seus arts. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença,

possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. Aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e teve uma grande contribuição nos avanços das políticas educacionais para o campo, pois abriu caminho para a inovação pedagógica, reconhecendo a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.

O Plano Nacional de Educação – PNE também defende a Educação do Campo como um direito à educação de qualidade, respeitando sua identidade, cultura, experiências de vida, considerando o contexto social que o sujeito está inserido, bem como os seus interesses, assegurando o direito de estudar no lugar em que vive. Busca compreender as diferentes linguagens, utilizando técnicas que potencializem o processo de ensino aprendizagem resgatando a memória coletiva dos saberes, como um fenômeno social dentro da prática social e na construção da articulação do conhecimento (BRASIL, 2014).

A dinâmica de estudo voltada para o ensino das escolas do campo compreende o trabalho com a realidade local para que os sujeitos conheçam e se apropriem de sua cultura, desenvolvendo as potencialidades dos sujeitos como protagonistas do desenvolvimento pessoal, permitindo uma dinâmica de ensino aprendizagem com maior interesse, estímulo e participação.

Compreender as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017/2018, p. 494)

A metodologia contextualizada visa uma busca gradativa de conhecimentos, com a assimilação dos conteúdos, a partir da teoria e das relações com a própria realidade, estimulando, assim, o interesse dos sujeitos pelos conteúdos e valorizando a comunidade, a partir de temas que abordam questões locais e o desenvolvimento de experiências inovadoras no contexto escolar. O ponto de partida é o reconhecimento da heterogeneidade linguística como princípio básico para levar os alunos ao

desenvolvimento de competências de uso da sua língua, levando em conta a análise contrastiva de estruturas distintas dos diferentes dialetos presentes no

contínuo rural-urbano (BORTONI-RICARDO, 2004).

Precisa-se reconhecer que existem variedades linguísticas e valorizar essa pluralidade, fazendo necessário evidenciar que no ambiente escolar, precisamos ensinar a variedade padrão e considerar outras variedades, por razões semelhantes às do aprendizado de outra língua, para termos acesso aos vários tipos de conhecimento. Diante disso, é preciso aceitar e respeitar as diferenças, sem preconceito e sem questionamentos

Para Bakhtin (1992), a unidade do meio social e do contexto social imediatos são condições absolutamente indispensáveis para que a língua, a fala possa tornar-se um ato de linguagem. A variabilidade da palavra de acordo com Bakhtin pode ter sentidos diferentes de acordo com o contexto social do sujeito, torna-se dialético na perspectiva do diálogo, ressignificação e leitura, assim a língua se constitui em processo de evolução ininterrupta por meio da interação social da linguagem.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, apontam como um real avanço para a Educação do Campo. O parágrafo único do Artigo 2º descreve esse reflexo, afirmando que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (SECADI, 2012, 56).

Nesse sentido, a didática aplicada aos conteúdos nas escolas relacionadas às variações linguísticas deve ser pensada a partir da sua cultura, de forma que valorize as singularidades regionais, suas características, suas identidades sociais e políticas. Trata-se de uma educação que deve ser no e do campo, pois “[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [...] o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

A sociolinguística educacional direcionada ao componente curricular da

disciplina de Língua Portuguesa, especificadamente a parte da linguística vem sendo cada vez mais discutida e estudada, dada a sua importância e tendo em vista o seu

crescimento gradativo, fazendo-se presente nos meios comunicativos com a valorização cultural brasileira, seus modos e seus usos, a partir da realidade do aluno de maneira a estabelecer uma melhor identificação espaço temporal-existencial, ou seja, a interação é o meio de condição para o exercício da linguagem. Desse modo, segundo Geraldi (1996), os professores de Língua Portuguesa devem ensinar a norma padrão sem desprestigiar a língua aprendida no seio familiar do aluno. É preciso reconhecer que há dialetos dentro da língua materna e que não podem ser discriminados. Nesse sentido, para o autor.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo fenomenológica na qual foram analisados os relatos das experiências dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental anos finais da rede municipal de Palmeira dos Índios/AL, através do Programa de Formação Profissional – PROEDUC.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos [...] (MINAYO, 2010, p. 21).

Destaca-se também o aspecto fenomenológico nesta pesquisa, por dar ênfase na experiência como a mesma é vivida, ou seja, respeitando as diferenças de cada indivíduo, pois “há intenção na busca das informações [...] está imersa em uma cultura peculiar e histórica que os integrantes dessa comunidade incorporam em seus modos de vida, em sua linguagem” (ALVARENGA, 2019, p. 51). Neste viés, a pesquisa qualitativa agrega valores aos conhecimentos fenomenológicos, pois a maior parte da prática qualitativa preocupa-se com os acontecimentos centrados na indagação dos contextos naturais.

Participaram desta pesquisa cinco (5) professores de Língua Portuguesa que lecionam esta disciplina nas escolas do campo para os estudantes que estão matriculados no Ensino Fundamental, anos finais; e que foram citados em forma de números de 1 à 5, visando um melhor entendimento, e posteriormente serem analisados para comprovação do objetivo da pesquisa, bem como, respeitando o princípio do sigilo e anonimato dos professores colaboradores.

O Instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário, contendo uma (1)



questão aberta. Visando atender o objetivo proposto da pesquisa. Convém frisar que, o questionário foi entregue aos professores no último dia de formação do PROEDUC, os mesmos tiveram ciência da proposta da pesquisa, bem como foi entregue a cada um o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento – TCLE, que autoriza a utilização de seus dados para a pesquisa. As respostas foram convertidas em tabela, visando melhor entendimento, e análise do objetivo da pesquisa.

A escolha dos cinco (5) professores para participar desta pesquisa se deu com base nos seguintes critérios: primeiro, ser efetivo e trabalhar nas escolas do campo por mais de dois (2) anos e que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa a mais de três (3) anos na rede municipal, mas especificamente, no Ensino Fundamental Anos Finais. É importante frisar que, a escolha em pesquisa dos professores que leciona para o Ensino Fundamental, deu-se porque este conteúdo é estudado com alunos que estão nesta etapa de aprendizagem. Assim, a pesquisa passa ser mais fidedigna e com confiabilidades dos resultados.

Esta pesquisa é fruto de um trabalho de intervenção que partiu por intermédio da minha experiência, enquanto professora de Língua Portuguesa, formadora do PROEDUC, e, sobretudo, pesquisadora. As formações continuadas se iniciaram no mês de março e finalizaram no mês de dezembro de 2019, totalizaram 10 encontros sendo um a cada mês. Foram momentos de muito aprendizado, discussões, pesquisas e debates, dos quais foram produtivos para os professores de Língua Portuguesa da rede municipal de ensino. No último dia da formação, foi entregue aos participantes o questionário e o TCLE, com as informações da pesquisa.

O Programa de Educação Integral e Desenvolvimento Profissional – PROEDUC iniciada no ano de 2019, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, e é direcionadas para os professores de Língua Portuguesa com formações de capacitação mensais, o objetivo proposto foi discutir os desafios e possibilidades do desenvolvimento e aprendizagem na disciplina de língua embasados na BNCC, trabalhando as habilidades, sob a perspectiva do contexto escolar e os descritores em prol da Prova do Sistema de Avaliação de Educação Básica-SAEB.

Assim, a cada encontro eram levadas temáticas para serem trabalhadas com os professores, como também dinâmicas e atividades diversificadas, para que depois eles pudessem compartilhar essas experiências com os alunos. O intuito do trabalho traçou-se na aplicação da unidade didática, a conscientização do sujeito sobre a abordagem na área da linguagem, especificadamente sobre a variação linguística, direcionada aos professores da educação do campo, visando o reconhecimento da própria variedade e a desmistificação do preconceito linguístico. Para análise dos dados, optou-se por desenvolver uma discussão do tipo descritiva que, segundo Mazzotti e Gewandszajder (2001), objetiva descrever as características obtidas a partir de determinado estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas.

### 3 Resultados e Discussão

Para compreender os dados coletados nesta pesquisa, utilizou-se o recorte das falas dos professores, pois por se tratar de uma pesquisa qualitativa do tipo fenomenológica, permitiu ao pesquisador analisar a concepção dos professores por meio do seguinte questionamento:

Sobre a variação linguística encontrada no contexto das escolas do campo, qual a concepção que você p	
Língua Portuguesa tem em relação à nova proposta educativa para os estudantes da rede de ensino do	
de Palmeira dos Índios/AL?	
essor1	Quando falamos em variação linguística direcionado ao ensino da língua portuguesa no contexto da educação sobre essa nova proposta educativa de forma contextualizada, destacamos a língua como uma expressão de interação do meio social. Por exemplo, o documento da BNCC nos traz o que deve ser contemplado em conhecimento e em cada etapa de escolarização. Assim, o papel docente nesse processo é fundamental, por essa contextualização que se planeja a metodologia de ensino, porém ainda tem escolas que são focadas em de ensino mais restrita, voltadas as normas padrões, nesse sentido acaba anulando o conhecimento próprio trazido pelo próprio aluno para a escola.

essor2	Bom primeiro é pertinente destacar que a variação linguística relacionado no contexto da educação do campo bastante complexo, uma vez que envolvem questões de identidade cultural, estigma, discriminação e preconceito até me refiro a certo constrangimento aos alunos do campo em sala de aula. E às vezes percebo relação a esse objeto, visto que não desperta interesses entre os colegas professores na área de códigos de uma vez que a mesma temática muitas vezes se encontra ausente na proposta pedagógica da escola, por profissionais que definem a forma de se comunicar e o uso das variações linguísticas como um português errado e ainda muitas vezes tem a audácia de querer concertar a fala dos alunos do campo, como se a língua superior. Enquanto defensora da educação do campo, percebo que muitas vezes essas questões de respeito ao outro, sua linguagem seja ignorada como uso linguístico.
essor3	Essa nova proposta educativa é voltada para uma Educação contextualizada, a qual aproxima a escola e a comunidade de forma que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, orienta que professores utilizem esses elementos da contextualidade e realidade local em suas práticas de ensino, intensificando um novo olhar sobre a educação e o protagonismo na construção do conhecimento e da sociedade em que vive.
Professor 4	A Base Nacional Comum Curricular é um documento que serve como eixo norteador da prática pedagógica, designa-se em um documento que está se reconstruindo e atualizando. Na BNCC não encontramos uma específica direcionada a parte da variação linguística, principalmente no contexto do campo, o que poderia reconhecer a pluralidade das línguas. Porém, a BNCC prioriza a linguagem formal, na minha concepção enquanto educadora do campo deixa um pouco a desejar nesse aspecto. Eu vejo que deveria valorizar mais a língua, principalmente a que os alunos vivem, porque eu entendo que eles possam aprender sim a norma culta, mas eles precisam identificar o seu lugar e o seu meio tem que está incluso na sociedade. Dessa forma, eu compreendo que não existe uma igualitária, porque não mostra a língua dos alunos do campo como algo cultural.
Professor 5	O ensino da língua portuguesa relacionado à nova prática educativa sobre a variação linguística no contexto do campo consiste em valorizar os conhecimentos culturais, para que esses sujeitos se manifestem a partir da sua fala e variedade linguística, enquanto meu papel docente, eu posso trazer textos formais e informais para trabalhar com os alunos que os alunos consigam refletir sobre a nossa língua, assim finalizo o processo causando essa reflexão e nós precisamos utilizar a língua padrão diante de certas situações que encontramos em nossas vidas.

De acordo com as falas dos professores, a maioria concorda que essa nova proposta educativa com base na BNCC (2017), vai trazer mudanças significativas para o objeto de conhecimento da variação linguística que estão articulados aos eixos de análise linguística e oralidade no ensino fundamental. Por meio das habilidades voltadas para o ensino da variação linguística elencadas na BNCC e pela análise das respostas acima,

pode-se compreender que a BNCC aborda a variação linguística à luz de diversos aspectos inerentes à compreensão da linguística, apontando para o estudo da língua nas inúmeras situações de uso, tendo o sujeito como fenômeno central para as discussões linguísticas.

Nesse sentido, entender a precisão da BNCC relacionar o objeto de conhecimento para a Variação Linguística às atividades de leitura e de escrita, por

exemplo, isso pode ser justificado pela argumentação do professor N° 4, quando ele fala sobre a valorização da língua, retratando que o documento não contempla especificadamente a variação linguística. O documento configura-se como um guia contemporâneo, pois contempla as demandas do estudante do século XXI e o prepara de forma crítica e reflexiva para o futuro. É importante salientar que a Base Nacional Comum Curricular aborda essa pluralidade linguística, na qual surgem as variações linguísticas, e as quais se adequam ao contexto sociocomunicativo em uso, sendo demarcado como um dos seis objetivos que norteiam e fundamentam a educação básica.

Em relação aos demais professores que pontuaram uma resposta significativa em relação a BNCC, compreende-se que: O Professor N° 1 destacou, a língua como uma expressão de pensamento e interação do meio social. O Professor N° 2 abordou as questões de identidade cultural sobre a variação linguística. O Professor N° 3 destacou a utilização desses elementos na contextualização e na realidade local em suas práticas de ensino, e por fim, o Professor N° 5 apontou a valorização dos conhecimentos culturais, para que esses sujeitos se manifestem a partir da sua fala dentro dessa variedade linguística.

Posto isso, esta pesquisa pode compreender que dos cinco professores que foram entrevistados, percebe-se que quatro concordam que a variação linguística está presente como Objeto de Conhecimento na BNCC para o ensino fundamental na disciplina de Língua Portuguesa para os estudantes do ensino fundamental anos finais das escolas municipais do ensino de Palmeira dos Índios.

Contudo, somente um professor por não conhecer detalhadamente o Objeto de Conhecimento da BNCC, pois o mesmo relatou que a base não contempla, logo o que não há de fato é a maneira específica de como esse processo deve ocorrer, isso porque a BNCC não se propõe como currículo. Em razão desta ausência metodológica direcionada para aplicação didática, enfatiza-se a importância do papel dos currículos como a postura do profissional docente como fatores determinantes para o processo de ensino-aprendizagem, no que se refere a este fenômeno linguístico.

Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as

relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como

reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções. (BRASIL, 2016, p.98).

Ao trabalhar a variação linguística com os professores designa-se em um conteúdo inesgotável, porque sempre haverá desafios em relação a essa abordagem, dessa maneira, a língua está em constante transformação, sempre a depender da situação de interação em que nos encontramos e dos traços socioculturais e regionais que carregamos. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017) elenca que esse novo documento faz com que esses alunos consigam progredir de uma forma na qual eles sejam mais participativos, criativos e críticos dentro da sociedade que o sujeito está inserido. Nesse sentido, percebe-se que a Base Nacional Comum Curricular ajuda os alunos por meio desse novo formato de documento a ser inserido dentro da sociedade, na qual eles precisam ter essa predominância dessa variação linguística. Portanto, reconhece-se a variação linguística enquanto fenômeno inerente à língua, destacando que se deve criar condições para que os sujeitos compreendam a pluralidade sociocultural que fomenta a língua. Além disto, a BNCC ressalta as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, isto é, a adequação linguística de acordo com o contexto interacional.

#### **4 Considerações finais**

O resultado da reflexão acerca do assunto evidencia que a Base Nacional Comum Curricular considera em sua estrutura a importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula. Com base no que foi apresentado nesta pesquisa, pode-se concluir que após analisar a área de linguagem, especificamente, a Variação Linguística no contexto da educação do campo, pode-se compreender os possíveis avanços que este conteúdo ganhou por meio das orientações que estão presentes na BNCC, primando pelas melhorias de qualidade da educação específica para os estudantes do campo,

apresentando uma nova visão, um novo olhar para o campo e para a educação do campo; essa luta busca a emancipação, política, social e, sobretudo, humana, tendo em vista a formação de um sujeito do campo, construtor e reconhecedor da sua história coletiva e pessoal. Com a chegada desse documento, os direitos de aprendizagem de todos os estudos passam a ser assegurados. Além disso, o projeto inclui as chamadas competências



do século XXI, que são essenciais para a formação integral dos alunos. Deste modo, a BNCC, norteia em seu texto que as aulas do componente de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, sejam lecionadas pensando na variação linguística que existe em qualquer comunidade linguística, porque assim o estudante poderá entender que uma língua é marcada pelas distintas formas de se pronunciar. Afinal, o aluno saberá utilizar o discurso adequado para cada situação comunicativa, sem alimentar o preconceito linguístico e respeitando as diferenças linguísticas. Compreendemos a preocupação da BNCC com uma formação cidadã e emancipadora do sujeito, isto é, com o desenvolvimento de tais competências o sujeito será capaz de utilizar criticamente, respeitando os princípios, os conhecimentos adquiridos na escola no seu agir diário.

Nesse sentido, pode-se compreender por meio das respostas dos professores que participaram desta pesquisa, que quatro (4) deles entendem a importância em trabalhar com este conteúdo respeitando sempre a cultura e a regionalidade de cada aluno, quando trata-se da fala e da escrita. Nessa perspectiva, o objetivo geral e os específicos deste estudo foram contemplados, pois pode-se perceber que os aspectos políticos que envolvem a Variação Linguística por meio desta nova proposta educativa que a BNCC traz, permite que o professor possa ter um novo olhar para os seus alunos do campo quando direcionados para a fala e escrita.

Portanto, as contribuições em tratar desta abordagem sobre a Variação Linguística no contexto da educação do campo permitiu compreender que os documentos oficiais consistem em valorizar os conhecimentos culturais, para que esses sujeitos se manifestem a partir da sua fala, a qual possam aproximar a escola e a comunidade em um único contexto, como também reafirma que esse documento direciona a prática pedagógica de ensino visando uma aprendizagem significativa, por isso a criação da BNCC pode auxiliar as Secretarias de Educação na decisão do que melhor ensinar aos alunos conforme a cultura e o conhecimento linguístico de cada um deles, e, por consequência, as unidades de ensino, como uma possibilidade de ter uma qualidade educacional e equidade sobre a qual as singularidades serão atendidas e consideradas.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos.** Versão em português. César Amarilha. 2ªed. Assunção, Paraguai.2019.

BAGNO, M. **Nada na Língua é por Acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8. ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

BAKHTIN, M (V.N. Volochinov) **Marxismo e filosofia da linguagem.** Tradução de Michel Lauch e Iara Frateschi Vieira. 6.ed. São Paulo: Editora Hucitec 1992.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

Base Nacional Comum Curricular.  
Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em: 23/10/ 2020.

Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação do Brasil.

**Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa,** 1997.

Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10/09/2020.

Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10/09/2020.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em língua materna:** a sociolinguística nasala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 2007.

MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998